

“A alma do Brasil reside na diversidade”: uma análise da vontade de recomposição da diferença, do coletivo e a educação no cenário brasileiro

“Brazil's soul resides in diversity”: an analysis of the desire to reconstitution of difference, the collective and the education in the brazilian context

Roseli Belmonte Machado¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

robeltmont@yahoo.com.br

Sandro Faccin Bortolazzo²

Universidade Federal de Pelotas

sandrobortolazzo@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisa o cenário político brasileiro a fim de fornecer indicativos para pensar a Educação. Em específico, visa compreender as vontades do atual governo brasileiro em relação aos aspectos sociais e educacionais, considerando, sobretudo, as questões que envolvem a diferença e o coletivo. A análise se concentra no discurso proferido pelo presidente Lula, em 1º de janeiro de 2023, ocasião de sua posse. Como ferramenta analítica, utiliza-se o conceito de discurso e governamentalidade na perspectiva foucaultiana. Dentre os resultados, destaca-se a convergência de duas estratégias: a afirmação da presença de grupos que estavam sendo excluídos do contexto brasileiro; a proposta de ações que visam reconstruir o sentido do coletivo, acionando, também, a Educação. Observa-se uma intenção do governo em reconstruir uma ordem discursiva, agora pautada no coletivo e na diferença, indicando ações educativas e contracondutas em relação às formas de vida em um contexto neoliberal.

Palavras-chave: Discurso; Educação; Governamentalidade

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

Abstract: The aim of this research is to analyze the Brazilian political scenario in order to provide indicators for thinking about Education. Specifically, the study seeks to comprehend the current Brazilian government's willing regarding social and educational aspects, considering the issues that involve difference and the collective. The analysis focuses on President Lula's speech on January 1st, 2023, the occasion of his inauguration. As an analytical tool, the concept of discourse and governmentality is employed from a Foucauldian perspective. Among the results, a convergence of two strategies is highlighted: the affirmation of the presence of groups that were being excluded from the Brazilian context, and the proposition of actions aimed at reconstructing the sense of the collective, also invoking education. There is a government intention to rebuild a discursive order, now based on the collective and difference, indicating educational actions and counter-conducts in relation to the ways of life within a neoliberal context.

Keywords: Discourse; Education; Governmentality.

Senhoras e senhores

A alma do Brasil reside na diversidade inigualável da nossa gente e das nossas manifestações culturais (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).³

A epígrafe, parte do discurso de posse do presidente Lula na Câmara dos Deputados, parece instigar a constituição de um olhar para o outro. De forma implícita, há no pronunciamento uma manifestação da pluralidade étnico-racial, cultural e social como elemento que caracteriza o país. Ao mesmo tempo, verifica-se uma atmosfera de respeito e de valorização às diferenças.

A alma, como sugerida por Michel Foucault, é produzida junto aos exercícios das tecnologias punitivas modernas sobre o corpo, cuja emergência ocorre nas relações entre saberes e poderes. Assim, a história da "microfísica do poder punitivo seria, então, uma genealogia ou uma peça para a genealogia da 'alma' moderna" (FOUCAULT, 2007, p. 34). Uma alma fora da ideia sagrada, mas como um ente que se constitui a partir da incidência de distintas operações de poder. Veiga-Neto e Lopes (2015) informam que a alma, ainda que incorpórea, tem uma realidade histórica, cuja gênese e presença se encontram neste mundo e apenas neste mundo. Dessa maneira, ao fazer uma aproximação entre a teorização de Foucault e o pronunciamento inaugural do governo Lula, de janeiro de 2023, compreende-se que a expressão "alma" se refere ao sujeito e que, no Brasil, tem a diversidade na gênese de sua formação.

Ao mobilizar a ideia de diversidade, sinaliza-se um caminho que contemple, no plano de governo, a consideração às diferenças e a promoção do coletivo. Neste sentido, é necessário analisar se, nas ações – do

³ Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/> Acesso em 30 de junho de 2023.

presente e do futuro – do governo, há movimentos construídos a partir desse propósito. Para isso, é preciso adentrar nos detalhes, apreender o contexto e examinar a racionalidade política.

À primeira vista, já é possível perceber uma representação política com intenções distintas de governos anteriores, quando o foco se concentrava nas individualidades. Bolsonaro, em 01 de janeiro de 2019, ao tomar posse, declara: “É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como Presidente do Brasil. E me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto⁴”. Para Lazzarato (2019, p.20), “a eleição de Bolsonaro para presidente do Brasil marca uma radicalização da onda neofascista, racista e sexista que assola o planeta”. Ao tratar de governos brasileiros anteriores, Lazzarato (2019) afirma que esses governos lançaram mão de políticas de financeirização do crédito, cujos propósitos eram o da inclusão dos sujeitos no jogo econômico, mas que, por outro lado, transformaram o usuário social em cliente endividado. A micropolítica do crédito, seguindo Lazzarato (2019), criou as condições para uma micropolítica fascista que culminou na eleição de Bolsonaro.

A partir de certo cultivo e consolidação das formas políticas neoliberais (do direito privado, da concorrência, do trabalho temporário, dos incentivos às iniciativas e esforços individuais, entre outras), que atravessaram diferentes governos, chegou-se a uma política que pretendia melhorar as condições de vida e reduzir a pobreza através dos mecanismos de finança. Essa movimentação político-financeira acarretou uma crise econômica, o que gerou, por assim dizer, uma lógica de confronto, intensificando a “guerra de classe, de raça e de sexo, que é, desde sempre, o fundamento do capitalismo” (LAZZARATO, 2019, p. 37).

Contextualizado o cenário, esta pesquisa, desenhada a partir do discurso de posse do presidente Lula, está composta por um conjunto de indagações que procuram olhar a racionalidade governamental brasileira – e suas relações com uma visão, de certa maneira, também neoliberal – procurando indícios de ações para o coletivo e à diferença. Trata-se de compreender como (e se) há deslocamentos no que diz respeito ao “se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”, que representam formas individualistas e de desconsideração à diferença, a exemplo do pronunciado por Bolsonaro, para outros modos de viver com o outro. O objetivo deste estudo, em específico, é compreender as vontades e discursividades do atual governo brasileiro em relação aos aspectos sociais e educacionais, considerando, sobretudo, as questões que envolvem a diferença e o coletivo.

Ao fazer a análise do primeiro movimento público de instauração do atual governo brasileiro, o discurso de posse do governo Lula proferido em 1º de janeiro de 2023, pretende-se trazer elementos e olhar para uma constituição do futuro no Brasil. Para mostrar as análises, este texto está organizado a partir dos seguintes elementos: uma seção com os caminhos da pesquisa, enfatizando sua respectiva materialidade e os conceitos analíticos; uma seção de aprofundamento e reflexão sobre a racionalidade neoliberal; duas seções analíticas a partir do discurso de posse, sendo uma com ênfase na afirmação da diferença e no retorno

⁴ Discurso disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discorso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>. Acesso em 10 de julho de 2023.

e consolidação da democracia, e outra com as ações em prol do coletivo e do combate à desigualdade, acionando a educação. Por fim, considerações que apontam os sinais, rumos e vontades do atual governo brasileiro.

Caminhos de Pesquisa

Este estudo é parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, cujo foco é acompanhar e compreender as formas da racionalidade governamental brasileira no tocante às políticas para inclusão e diferença no âmbito educacional e social. O objeto de estudo é o pronunciamento de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva, proferido em 1º de janeiro de 2023, em Brasília/DF, na Câmara de Deputados. O material está disponível em diversas plataformas digitais.

O movimento da pesquisa se concentrou em realizar um exercício analítico, numa operação de leitura monumental de documentos. Na perspectiva foucaultiana, este tipo de leitura busca a produtividade das recorrências em seus discursos, mais do que um detalhamento de cada palavra proferida. Isso significa conjecturar também as descontinuidades que produzem esse discurso; problematizar as condições de emergência, as finalidades e tramas que, por vezes, não estão ditas no documento, mas são captadas quando se empreende uma análise monumental. Para Foucault (2001), a história nos dias de hoje transforma “documentos em monumentos” e, nesse sentido:

[...] desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2006, p. 8).

A leitura monumental consiste em ler os documentos na superfície de contato com outros discursos que estão circulando (VEIGA-NETO; LOPES, 2015). Assumindo a leitura monumental, não há intenção de esgotar as minúcias do material, pois o produtivo está em olhar para o que o atravessa. Ou seja, analisa-se o discurso de posse do presidente Lula, relacionando com o contexto brasileiro perpassado por acontecimentos deste tempo.

A partir do arcabouço teórico foucaultiano, acionam-se as ferramentas analíticas conceituadas do discurso e da governamentalidade. Importa destacar que Foucault assume a linguagem como constitutiva do pensamento (VEIGA-NETO, 2007), ou seja, nascemos dentro de um mundo que já é de linguagem, em que os discursos já estão circulando há muito tempo. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008c, p. 10).

Ao tomar a ideia de discurso a partir de Foucault, é possível aprender que ele não possui apenas um sentido, uma verdade, tampouco se trata de uma mera referência a algo, mas está intrinsecamente conectado a uma história. Os sujeitos estão conectados a uma formação discursiva que os precede e os constitui,

reforçando certo regime de verdade, e sendo submetidos, inegavelmente, a relações de saber-poder-verdade. O discurso como parte de uma rede maior que o precede e o engloba; ele é parte de uma formação discursiva, sendo do mesmo modo constituído por um conjunto de enunciados. Assim como pontua Veiga-Neto (2007): “[...] os discursos não estão ancorados ultimamente em nenhum lugar, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA-NETO, 2007, p.100).

Já o conceito de governamentalidade aparece na obra de Foucault na aula do dia 1º de fevereiro de 1978 durante o curso Segurança, Território e População, ministrado no Collège de France. Ele a designa da seguinte maneira:

Por esta palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade”, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se, pouco a pouco, “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Prosseguindo, no curso Nascimento da Biopolítica, ministrado em 1979, Foucault (2008b) apresenta uma análise sobre os modos de exercício de governo a partir da égide da governamentalidade: “o que propus chamar de governamentalidade não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder” (FOUCAULT, 2008b, p. 258).

Diante disso, depreende-se que analisar as formas de governo no Brasil, seguindo a ótica da governamentalidade, é profícuo e relevante no sentido de examinar as relações de poder nas tramas governamentais, as vontades e as objetividades de verdades dirigidas aos sujeitos e à produção das subjetividades dentro de determinada racionalidade. Trata-se de compreender como nos tornamos sujeitos. Dessa maneira, analisar o discurso de posse do presidente Lula, de forma monumental, é perceber suas conexões a uma racionalidade específica de poder que vai, de um modo ou outro, constituindo os sujeitos deste tempo.

Em tempos de Neoliberalismo

Nesta seção, importa apresentar uma análise do neoliberalismo como forma de vida, algo que tem tomado as agendas de discussão e que está no cerne das movimentações políticas contemporâneas. O governo Lula, bem como outras gestões políticas do nosso país, está no centro do neoliberalismo, todavia, com movimentos distintos que, talvez, possam ser pensados no sentido de resistências ou de contracondutas. Apropriar-se desta compreensão é fundamental ao desenvolvimento das bases que impulsionam esta pesquisa. Para tanto, realiza-se uma entrada a partir dos estudos de Michel Foucault e de autores contemporâneos que têm se debruçado sobre o tema do neoliberalismo.

Na aula de 17 de janeiro de 1979, no Curso Nascimento da Biopolítica, Foucault (2008b) nos convoca a compreender que no século XVIII se vivencia a constituição de uma nova arte de governar, nos seus mecanismos, efeitos e princípios. Ela não é externa ou negadora da Razão de Estado, mas apresenta um ponto de inflexão – a razão do governo mínimo enquanto princípio da organização da própria Razão de Estado. No decorrer desse curso, o autor vai examinando como distintas racionalidades, em deslocamento, vão constituindo outras formas de vida, passando pelo liberalismo e o neoliberalismo.

Foucault (2008b) examina o surgimento do neoliberalismo a partir de duas vertentes: o Ordoliberalismo alemão e o liberalismo americano da Escola de Chicago. Enquanto o Ordoliberalismo defendia a regulação dos preços no mercado, a vertente americana buscava expandir a racionalidade do mercado. Ou seja, pregava a minimização do papel do Estado, a maximização da liberdade individual e a promoção da competição. O que difere o liberalismo clássico do neoliberal é a primazia do mercado e da competição como mecanismos de organização social.

Seria possível considerar que, em Foucault, o neoliberalismo é visto como um tipo de racionalidade que surge no final do século XX, não apenas enquanto um conjunto de políticas econômicas, mas como forma de governamentalidade que organiza a vida em sociedade. E, por racionalidade, Foucault (2006) compreende os conjuntos de prescrições calculadas que regulam comportamentos, organizam instituições e distribuem espaços. Racionalidade é vista, assim, segundo o funcionamento histórico das práticas nas relações de poder. Essa racionalidade neoliberal busca certa autolimitação do governo, baseada mais na economia política do que na ótica do direito.

Na obra *A Nova Razão do Mundo*, Dardot e Laval (2016) procuram ampliar os estudos produzidos por Foucault sobre o Neoliberalismo, alegando que é preciso um exame nos detalhes dessa ordem econômica que se instaura como forma de vida. Ao tratar do liberalismo, destacam que o pensamento liberal dominante no século XIX se traduz pelos dogmas: direito natural, liberdade de comércio, propriedade privada, virtudes do equilíbrio de mercado. Por um lado, há associação a um ideal de bem comum, assumindo possíveis reformas sociais e, por outro lado, assume a “liberdade individual como um fim absoluto, não podendo ser condicionado a problemas como a desigualdade ou extrema pobreza” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 37). Ao tratar do Neoliberalismo, os autores mostram que está implícito o deslocamento para o mesmo, ou seja, não na ideia da “retirada do Estado, mas na teorização de uma intervenção estatal liberal favorável à concorrência de entes privados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 69-73). Neste tipo de racionalidade, o mercado define certa norma de vida nas sociedades ocidentais: impõe que cada um viva em um universo de competição

generalizada; intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros; ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado; obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas; muda o indivíduo, instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT, LAVAL, 2016).

Foucault (2008b), ao examinar o neoliberalismo da vertente americana, declara certa renúncia à sociedade disciplinar, já que “haveria otimização dos sistemas de diferença, [...] e “uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias” (FOUCAULT, 2008b, p. 354). Audier (2015), no artigo *Neoliberalism through Foucault’s eyes*, afirma que, antes de ministrar os cursos sobre governamentalidade, Foucault ficou impactado, durante suas viagens à Califórnia, nos Estados Unidos, com a liberdade quanto ao uso de drogas e das práticas sexuais, além da efervescência da comunidade homossexual em São Francisco. É possível dizer que Foucault (2008b) verifica um prenúncio de crise à ordem disciplinar e a emergência de modalidades governamentais com viés menos disciplinador. O neoliberalismo, para Ball (2014), seria um complexo conjunto de práticas que penetra nos diversos âmbitos da vida cotidiana, incluindo o que na perspectiva foucaultiana se denomina de “governamentalidade”, ou seja, o “[...] governo das populações por meio da produção de seres empreendedores dispostos, auto governáveis” (BALL, 2014, p. 26).

Para Wendy Brown (2019), o objetivo do neoliberalismo é a privatização dos serviços públicos – universidades, parques, entrada de quantidades ilimitadas de financiamento corporativo e capital financeiro para comprar nossas eleições – com efeitos que reduzem a atuação do Estado, desregularizam o capital e precarizam o trabalho. Ademais, Brown (2019) faz importantes reflexões sobre a democracia e o neoliberalismo, afirmando que há um significativo vazio no sistema democrático, pois simplesmente se equipara à existência de mercados capitalistas livres, abertos e desregulados, às vezes, combinados de maneira mínima com eleições modestamente livres. O conceito próprio de democracia e seus princípios básicos – igualdade, liberdade, soberania popular – foi ressignificado e orientado para que empresários entrem na política, persuadindo a população sobre as suas capacidades, com base em experiências nos negócios.

Nas relações educacionais, Brown (2019) aloca o sentido utilitarista, como treinamento para o trabalho, como uma forma de desenvolver o capital humano. Há um desinvestimento na educação pública, principalmente, no ensino superior. Junto a isso, o político foi depreciado e atacado, mas não extinto, enquanto a democracia foi sendo minguada e desvalorizada. Para a autora, os efeitos neoliberais, tais como a desigualdade e a insegurança crescentes, geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder, os quais não condizem com os sonhos neoliberais de cidadãos pacíficos, ordeiros e instados em uma economia desnacionalizadas. Estados cada vez mais enxutos e fortes, e instituições focadas em viabilizar a acumulação de capital e estabilizar a concorrência.

Na medida em que a democracia vai sendo rebaixada, o Estado foi cada vez mais instrumentalizado pelo grande capital (indústrias, agricultura, petróleo) que cada, por assim dizer, controlando a legislação. “Os cidadãos, em vez de serem pacificados, tornaram-se vulneráveis à mobilização nacional demagógica. A

moralidade, no lugar de ordenar e disciplinar, tornou-se um grito de guerra esvaziado de substância" (BROWN, 2019, p. 102).

Ainda sobre o neoliberalismo, Dardot et. al (2019) no livro *A Escolha da Guerra Civil*, propuseram reler o projeto neoliberal por meio de suas estratégias autoritárias e das realidades violentas que lhe são próprias. Segundo os autores, há "uma história das ideias, teorias e práticas de um projeto de anulação da opção socialista, do poder de sindicatos, da organização de grupos, e dos povos" (DARDOT, et. al., 2019). Para eles, ao se instaurar, a racionalidade neoliberal busca ativar procedimentos para frustrar e impedir o acesso dos inimigos aos meios de luta e, quem sabe, dessubjetivá-los, até que renunciem ao enfrentamento. Ao apontar diferenças entre o neoliberalismo e seus antecedentes, afirmam que a dominação neoliberal, em algumas de suas formas atuais, apoia-se sobre práticas neofascistas de governo. Todavia, importa compreender que "a estrutura do Estado pode muito bem variar, a equipe política e sua feição também". O essencial é "que os governantes sejam suficientemente fortes para impor a constitucionalização do direito privado" (DARDOT, et. al, 2019, p. 319).

As balizas da racionalidade neoliberal, que incluem o empreendedorismo individual, a concorrência e uma forma de vida fundamentada no direito privado, se apoiam em práticas fascistas, na exclusão de direitos, na perseguição e fabricação de inimigos e são, de certa forma, a antítese do discurso de posse do Lula. A fala do presidente se ancora, de forma veemente, na vontade de diminuir as desigualdades sociais e na proteção e respeito às minorias, temáticas de análise no seguimento deste estudo.

Nesse sentido, parece haver, nas preocupações do presidente Lula, noções que se estabelecem para além da manutenção do mercado – embora essa seja uma das preocupações do governo. Mesmo assim, há indícios de outras composições.

A afirmação da visibilidade, da diferença e a democracia

É inaceitável que continuemos a conviver com o preconceito, a discriminação e o racismo. Somos um povo de muitas cores e todas devem ter os mesmos direitos e oportunidades. Ninguém será cidadão ou cidadã de segunda classe. Ninguém terá mais ou menos amparo do Estado. Ninguém será obrigado a enfrentar mais ou menos obstáculos apenas pela cor da sua pele. (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

O presidente Lula traz ao debate significativos elementos relacionados à democracia, à visibilidade e o respeito às diferenças. Trazer visibilidade, seja por meio de representações, seja pelo viés político-social, às minorias ou comunidades marginalizadas, opera como um mecanismo capaz de garantir que esses grupos sejam ouvidos, reconhecidos e respeitados na sociedade. Quando Lula cita ser inaceitável continuar convivendo com o preconceito, a discriminação e o racismo, há um movimento para tornar visíveis as injustiças e desigualdades. Com o intuito de levar adiante esse compromisso, o governo se compromete publicamente no combate ao racismo ao dizer: [...] "estamos recriando o Ministério da Igualdade Racial para enterrar a trágica herança do nosso passado" (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

A visibilidade pode ser vista como um dos movimentos, entre muitos, capaz de promover o desenvolvimento de políticas públicas. Ou, como nos informa Hooks (2019, p. 126), “fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado e para aqueles que levantam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento”. O ato de fala, o ‘erguer a voz’, o “ser visto”, não representa apenas palavras vazias e soltas. Trata-se, sobretudo, de “uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta” (HOOKS, 2019, p. 38-39). A autora, ao reconhecer a importância de tornar visíveis as experiências e perspectivas de grupos marginalizados, especialmente mulheres negras, enfatiza a necessidade de dar espaço a essas vozes para combater o racismo e outras formas de opressão.

O olhar para as diferenças é um dos elementos-base no pronunciamento de Lula, visto como alicerce à construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. O presidente destaca que o povo brasileiro é de muitas cores. De fato, há uma referência ao processo de colonização brasileira, mas engloba, sobretudo, outras comunidades que, portando bandeiras de inúmeras cores, a exemplo dos grupos LGBTQIAP+, são congregados nesse discurso como cidadãos de mesmos direitos e oportunidades.

Rejeita-se qualquer forma de tratamento discriminatório baseado na origem, orientação sexual, cor da pele ou gênero. Neste último aspecto, Lula é enfático ao apontar que, nossa sociedade não pode mais conviver com a pressão imposta às mulheres, tanto no que diz respeito à violência, quanto à diferença salarial.

É inadmissível que continuem a receber salários inferiores aos dos homens quando em uma mesma função. Elas precisam conquistar cada vez mais espaço nas instâncias decisórias deste país. Na política, na economia, em todas as áreas estratégicas, as mulheres devem ser o que elas quiserem ser. Devem estar onde quiserem estar. Por isso estamos trazendo de volta o Ministério das Mulheres (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

A ênfase na criação de Ministérios, como o das mulheres e o da igualdade racial, baliza uma “bandeira” do governo, reconhecendo as diferenças e garantindo que essas diferenças sejam respeitadas e valorizadas com vistas a uma sociedade igualitária. Não esquecendo outras comunidades, como a dos povos indígenas que, nos últimos anos, tiveram seus direitos desrespeitados e ultrajados, Lula se compromete em demarcar as terras indígenas e deixá-las livres da ameaça de atividades ilegais e predatórias.

Precisam ter sua cultura preservada, sua dignidade respeitada e sua sustentabilidade garantida. Eles não são obstáculo ao desenvolvimento; são guardiões dos nossos rios e florestas, e parte fundamental da nossa grandeza enquanto nação. Por isso estamos criando o Ministério dos Povos Indígenas para combater 500 anos de desigualdade (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

A preservação da cultura e o respeito à dignidade e sustentabilidade dos povos indígenas, historicamente marginalizados, constituem um movimento de visibilidade para tornar a sociedade mais

inclusiva e consciente de sua diversidade. Ao promover esses princípios, busca-se não apenas a visibilidade das comunidades indígenas, mas também uma maior compreensão da riqueza cultural e dos valores que enriquecem a sociedade como um todo.

Assim, há uma sinalização clara para um projeto político-social, com um primado democrático. Lula exalta a democracia ao dizer que ninguém deve ser considerado cidadão de "segunda classe", e que todos devem receber o mesmo amparo do Estado. Colocar o Estado amparando os cidadãos é algo diverso do que temos visto em certas vertentes neoliberais.

A vitória da democracia nos obriga a olhar para frente e esquecer nossas diferenças que são muito menores que aquilo que nos une para sempre: o amor pelo Brasil e a fé inquebrantável em nosso povo (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

A exposição de Lula apresenta um forte apelo social, afastando-se, mas não ignorando totalmente, a racionalidade neoliberal. Esse engendramento é problemático já que, conforme nos aponta Dardot et.al (2019), as "guerras neoliberais" são totais.

[...]pretendem enfraquecer os direitos sociais das populações; étnicas, já que buscam excluir os estrangeiros de toda a forma de cidadania, especialmente restringindo cada vez mais o direito de asilo; políticas e jurídicas, uma vez que recorrem aos meios da lei para reprimir e criminalizar toda resistência e contestação; culturais e morais, pois atacam direitos individuais em nome da defesa mais conservadora de uma ordem moral com frequência referida a valores cristãos (DARDOT, et. al, 2019, p.31).

É preciso ainda destacar o alerta de Brown (2019) sobre as relações entre democracia e neoliberalismo, quando afirma que a democracia está esvaziada de significado. Os sentidos de igualdade, liberdade e soberania popular são, muitas vezes, subsumidos, e o que fica é uma escolha mecânica de representantes em eleições modestamente livres. Parafraseando Dardot et.al (2019, p.11), "na racionalidade neoliberal, qualquer forma coletiva de sociabilidade alternativa ao modelo individualista da lógica de mercado significa um risco à ordem". Uma ordem sempre em nome da liberdade e contra a igualdade.

Não existirá verdadeira justiça num país em que um só ser humano seja injustiçado. Caberá ao Ministério dos Direitos Humanos zelar e agir para que cada cidadão e cidadã tenha seus direitos respeitados, no acesso aos serviços públicos e particulares, na proteção frente ao preconceito ou diante da autoridade pública. Cidadania é o outro nome da democracia. (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

Nota-se uma busca pela visibilidade de distintos grupos, bem como uma afirmação da presença da diferença, da democracia relacionada à cidadania. Ou seja, uma intenção de fortalecimento de princípios

democráticos para além do exercício da escolha em eleições, mas que se configura pelo acesso aos direitos. No tocante aos preceitos de organização social, destaca-se a vontade de composição com o outro, demonstrada na reconstrução e na construção de novos ministérios – mulheres, igualdade racial, povos indígenas e direitos humanos.

Ações em prol da reconstrução do coletivo: um olhar para a educação

Vamos recompor os orçamentos da Educação, investir em mais universidades, no ensino técnico, na universalização do acesso à internet, na ampliação das creches e no ensino público em tempo integral. Este é o investimento que verdadeiramente levará ao desenvolvimento do país (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

(...) assumimos hoje, diante de vocês, e de todo o povo brasileiro, o compromisso de combater, dia e noite, todas as formas de desigualdade no nosso país. Desigualdade de renda. Desigualdade de gênero e de raça. Desigualdade no mercado de trabalho, na representação política, nas carreiras do Estado. Desigualdade no acesso à saúde, à educação e demais serviços públicos. (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023)

Um dos pontos de atravessamento no discurso de posse do presidente foi a questão da visibilidade de distintos grupos, manifestada pela afirmação da democracia, do combate às desigualdades e do acesso aos direitos. A partir disso, procura-se compreender quais os lugares que a Educação tomaria nessas ações. Como nos excertos da epígrafe desta seção, parece que, para o novo governo, os investimentos em educação – da Educação Básica ao Ensino Superior – levarão ao desenvolvimento do país e consta como um dos instrumentos de combate às desigualdades.

Ademais, as ações coletivas, no discurso de Lula, se ancoram no combate às desigualdades sociais e no fortalecimento de distintas áreas, dentre elas, a educação. O abismo social no Brasil seria, nos dizeres do presidente, um “obstáculo para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa, democrática e de uma economia próspera e moderna” (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023). Ao destacar a formação de uma frente ampla contra a desigualdade, tendo atuação central do Estado por meio de ações, a exemplo das educacionais, reforça-se uma ideia de retorno a algo que necessita ser reconstruído.

Vinte anos atrás, quando fui eleito presidente pela primeira vez, ao lado do companheiro vice-presidente José Alencar, iniciei o discurso de posse com a palavra “mudança”. A mudança que pretendíamos era simplesmente concretizar os preceitos constitucionais. A

começar pelo direito à vida digna, sem fome, com acesso ao emprego, saúde e educação (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

Percebe-se um tipo de discursividade que se orienta no fortalecimento do papel do Estado. Lula sublinha a necessidade de ter um Estado operando de forma robusta na promoção da igualdade social, na garantia de direitos, na proteção dos mais vulneráveis e no acesso à saúde e à educação. De fato, a redução das desigualdades não é uma pauta neoliberal, já que o foco neoliberal está no crescimento econômico e na proteção do mercado, que funcionaria como uma espécie de mola a beneficiar a sociedade como um todo. No discurso, Lula assume o compromisso de enfrentar a desigualdade social, designada como um problema central no Brasil, enfrentando-a pela via estatal das políticas públicas. Se, por um lado, o neoliberalismo evidencia o individualismo e a competição, por outro lado, o presidente demanda a participação coletiva e a ação do Estado em diversas áreas. Na posse, esse tipo de declaração é percebido em diversos momentos.

Essa tarefa não pode ser de apenas um presidente ou mesmo de um governo. É urgente e necessária a formação de uma frente ampla contra a desigualdade que envolva a sociedade como um todo. Trabalhadores, empresários artistas, intelectuais, governadores, prefeitos, deputados, senadores, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe, servidores públicos, profissionais liberais, líderes religiosos, cidadãos e cidadãos comuns. É afinal, tempo de união e reconstrução do nosso país (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

Lula aposta na participação coletiva da sociedade, em uma perspectiva que se contrapõe à racionalidade neoliberal. Talvez, nesse momento, seja profícuo trazer a consideração de Nancy Fraser (2020) quando discorre a respeito de um neoliberalismo progressista, “capaz de articular uma política econômica regressiva, pró-negócios, com uma política progressista de reconhecimento, valorizando a diversidade e a representatividade”, ou melhor, “[...] um neoliberalismo com rosto humano” (FRASER, 2020, p.12), acoplando a diversidade, o multiculturalismo e o empoderamento junto a um programa econômico expropriador. Seria possível compreender que o discurso de posse poderia, também, estar associado, em alguma medida, ao neoliberalismo progressista sinalizado por Nancy Fraser, uma vez que, possui proximidade com o reconhecimento de direitos, mas permanece com a agenda econômica neoliberal. Todavia, na análise do documento do discurso de posse, há outras sinalizações.

O presidente busca mostrar que o povo brasileiro, a sua alma, cada sujeito, após a destruição de políticas públicas, está em sofrimento e, portanto, precisa ser reconstruído, esse é o foco:

Ao longo desta campanha eleitoral vi a esperança brilhar nos olhos de um povo sofrido, em decorrência da destruição de políticas públicas que promoviam a cidadania, os direitos essenciais, a saúde e a educação. (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

De um lado há movimentos sociais e minorias, a exemplo do feminismo, do antirracismo, do ambientalismo, dos ativistas pelos direitos LGBTQIAP+, entre outros. Por outro lado, os setores financeiros mais dinâmicos também precisam ser atendidos. Quer dizer, essa combinação de visões políticas de reconhecimento e de austeridade econômica, de fato, segundo Fraser (2020), não tem a intenção de acabar com a hierarquia social, mas diversificá-la, quando empodera mulheres, “pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (FRASER, 2020, p. 23). Esse arranjo, para Fraser (2020), se relaciona mais “com a mudança de consciência do que com a constituição de estruturas, instituições e práticas, que realmente mudariam a vida da maioria das pessoas na base da sociedade (FRASER, 2020, p. 4)”. O acesso de distintos grupos a instituições, setores sociais e a direitos é uma preocupação materializada no discurso do atual governo.

Criamos o Ministério da Promoção da Igualdade Racial para ampliar a política de cotas nas universidades e no serviço público, além de retomar as políticas voltadas para o povo negro e pardo na saúde, educação e cultura (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

Diante das vontades de reconstrução de um ambiente voltado ao coletivo, uma das ações pensadas é o investimento na Educação, algo que, em discurso, aciona uma estratégia nacional:

O futuro pertencerá a quem investir na indústria do conhecimento, que será objeto de uma estratégia nacional, planejada em diálogo com o setor produtivo, centros de pesquisa e universidades, junto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, os bancos públicos, estatais e agências de fomento à pesquisa. (Presidente Lula, 1º de janeiro de 2023).

Destaca-se uma pretensão de acionar investimentos para o que foi chamado de “indústria do conhecimento”. Algo que convocaria distintos setores – produtivo, centros de pesquisas, universidades – cujo apoio financeiro para realização ocorreria por meio do Estado. Uma estratégia capaz de acionar e direcionar formas de construções subjetivas coletivas, para além do que se tem hoje. Cabe acompanhar e compreender os desdobramentos dessa agenda.

Rumos e vontades nas linhas finais

Como sinalizado, o objetivo deste estudo foi o de compreender as vontades do atual governo brasileiro em relação à questão da diferença e do coletivo no tocante aos aspectos sociais e educacionais. Dessa forma, a partir das lentes teóricas dos estudos foucaultianos, buscou-se analisar o discurso de posse do presidente Lula, proferido no dia 1º de janeiro de 2023, em Brasília/DF.

Destaca-se a presença da diferença e do coletivo no discurso, operando segundo duas estratégias entrelaçadas. Por um lado, há a afirmação da presença de grupos que estavam sendo excluídos do contexto

brasileiro, tais como os povos indígenas, as pessoas negras, as mulheres, a população LGBTQIAP+. Por outro lado, destacam-se ações que propõem uma reconstrução do coletivo, acionando, entre outros fatores, a Educação.

Mesmo que envolto nos preceitos neoliberais, há uma vontade de construção e de reconstrução, pela discursividade e por práticas, de outros modos de compreender a diferença e de estar com o outro de maneira mais coletiva. O combate às desigualdades, a reafirmação e a defesa de direitos de cidadãs e cidadãos têm ênfase na construção discursiva que o governo pretende estabelecer, sendo uma verdade que, ao que se vê, atesta certa consolidação.

Ao aprofundar a noção de governamentalidade, Dardot e Laval (2016) destacam que essa não pode ser reduzida ao governo dos outros, pois engloba o governo de si. Segundo eles, o neoliberalismo uniu ambas, fabricando e produzindo um sujeito neoliberal. Um sujeito que busca ser empreendedor de si mesmo, que assume os riscos sociais para si e que está forjado na égide da concorrência. Contudo, o discurso do presidente Lula convoca outras concepções e entendimentos. Quer dizer, há um destaque às ações conjunta, ao amparo do Estado e ao fortalecimento de políticas públicas de investimento nos direitos sociais, como a Educação. Algo que poderia ser compreendido como uma vontade de alternativa à forma de vida neoliberal. Nesse âmbito, tomam-se o alerta de Dardot e Laval (2016), enfatizando que a questão não é como impor ao capital um retorno a um compromisso anterior ao neoliberalismo, mas como sair da racionalidade neoliberal. Nas palavras dos autores:

[...]sabemos, porém, que é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 395).

Ademais, como nos lembra Fraser (2020), o neoliberalismo progressista reconhece direitos das chamadas minorias, mas permanece hierarquizando dentro da agenda econômica neoliberal, reunindo diversidade, multiculturalismo e empoderamento expropriação econômica, o que, talvez, possa ser visto no decorrer das futuras ações do Governo. Já a análise presente mostra o foco em investir - pela educação - na construção de outras subjetividades.

Ao centrar o olhar na interiorização e nas subjetividades, seria possível ver espaços de atuação distintos. Espaços de contracondutas como práticas de subjetivação. Na aula de 1º de março de 1978, ministrada por Foucault no Collège de France (FOUCAULT, 2008), o autor tratou, em grande parte, da crise do pastorado. Ele tenta precisar a especificidade das revoltas, ou resistências de conduta, que são correlatos aos modos do poder pastoral: se tais resistências são denominadas "resistências de conduta", é porque são resistências ao poder enquanto conduta e, como tais, elas próprias são formas de conduta, contrárias a esse "poder/conduta". Para Foucault (2008) o melhor termo a ser usado nessa explanação era o de contraconduta, pois, segundo ele, o termo "conduta" admite dois sentidos: o de uma atividade que consiste em conduzir os outros, ou "condução", e o que remete à maneira como o indivíduo conduz a si mesmo sob o efeito dessa atividade de condução. Nessa esteira de pensamento, pode-se afirmar que as vontades indicadas na

construção discursiva da fala do presidente Lula convocam ações de contraconduta dentro da forma de vida neoliberal. Não há busca por outros preceitos econômicos, mas práticas e discursos dirigidos à constituição de outras subjetividades que possam seguir rumos/conduitas distintas das neoliberais.

A contraconduta como forma de resistência a essa governamentalidade neoliberal deve corresponder a uma conduta que seja indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros. Não se poderia lutar contra um modo de condução tão indireto por uma conclamação à revolta contra uma autoridade que supostamente se exerce por uma coerção externa aos indivíduos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 397).

Seria possível conjecturar que o projeto de governo de Lula, talvez, possa ser percebido na direção de contracondutas, inscritas na atual governamentalidade neoliberal. Ou, como sugerem Veiga-Neto e Lopes (2011, p.11), "as contracondutas permitem emergir novas formas de condução ou outros rumos para a história das populações e para a história das dominações".

É importante informar que a contraconduta não é examinada como uma forma de revolta ou simples desobediência. Foucault emprega o termo "contraconduta" instigando a "luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros" (FOUCAULT, 2008c, p.271). Na fala de Lula, a contraconduta pode ser vista como uma abordagem de enfrentamento às estruturas de opressão e injustiça, com o fomento de políticas inclusivas. Em sentido amplo, o discurso sugere uma atuação do governo, não apenas de modo a evitar preconceitos e discriminações, mas de promoção à igualdade e justiça social, com o acionamento e fortalecimento da educação. A educação como modo de mobilizar e de construir outras subjetividades, embora inscritas na cena neoliberal.

Nesta pesquisa, ao operar com os conceitos de governamentalidade e discurso, foi possível visualizar práticas de contracondutas. Quer dizer, compreende-se que a racionalidade neoliberal, como forma de vida, busca o fortalecimento do mercado, a concorrência entre os sujeitos, e fabrica inimigos, esmaece a democracia, instaurando-se, por assim dizer, a partir de violências. Quando se tomam ações em prol do coletivo, da diferença, do combate às desigualdades e se reafirma a defesa aos direitos, de alguma forma, essas ações são de contracondutas. Não há um rompimento com a ordem estabelecida, mas há uma vontade de construção de outras subjetividades que, talvez, possam vir a construir formas de vida e de racionalidade. Isso é o que aponta o primeiro pronunciamento oficial do governo Lula.

Referências

AUDIÉR, Serge. Neoliberalism through Foucault's eyes. *History and Theory*. Middletown, n.54, p. 404-418, 2015.

- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. 1 ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, p. 9-66.
- BALL, Stephen John. Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016 [2009].
- DARDOT, P.; GUÉGUEN, Haud.; LAVAL, Christian., SAUVÊTRE, Pierre. A Escolha da Guerra Civil. Uma outra história do neoliberalismo. Tradução: Márcia Pereira Cunha. Elefante Editora: São Paulo, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2008c.
- FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Tradução de Gabriel Landi Fazzio. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- HOOKS, Bell. Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.
- LAZZARATO, Maurizio. Fascismo ou Revolução? O neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- PRESIDENTE LULA (2023 – 2026: Luiz Inácio Lula da Silva). Discurso de posse. Brasília, 1º de janeiro de 2023.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Foucault e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. A alma é deste mundo. In: CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Sílvio (org.). Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir. São Paulo: Livraria da Física, 2015. p. 39-69.
- VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Gubernamentalidad, biopolítica y inclusión. In: CORTEZ-SALCEDO, R.; MARÍN-DÍAZ, D. (Comp.). Gubernamentalidad y educación: discusiones contemporâneas. Bogotá: IDEP, 2011. p. 105-122.

Submetido: 29/12/2023

Aceito: 10/10/2024